



1. A FRENTE AMPLA TODOS PELOS CORREIOS vem efetuando um trabalho que para dar certo é necessário o apoio de cada um de nós (família ecetista). Abaixo um texto que foi preparado pelo jornalista Marcio Allemand e que deve ser divulgado exaustivamente por todos nós.

TRABALHADORES DOS CORREIOS AFIRMAM QUE ARGUMENTOS USADOS PELO GOVERNO A FAVOR DA PRIVATIZAÇÃO DA ESTATAL NÃO TÊM EMBASAMENTO

Ideia é promover um debate com a sociedade para discutir o tema

Por Marcio Allemand

BRÁSÍLIA - Num momento em que a privatização parece voltar ser uma das maiores bandeiras defendidas por esse novo governo e os Correios voltaram ao noticiário através de declarações sobre a intenção de privatizar a estatal, um debate mais aprofundado sobre o tema se faz extremamente necessário para que sejam esclarecidos os argumentos utilizados para justificar tal feito. Em meio a tantas versões sobre as razões para a privatização dos Correios, é de essencial importância que se esclareçam as verdades sobre alguns argumentos sem embasamento concreto que vêm sendo utilizados por quem se coloca a favor da privatização da estatal.

A ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, mais conhecida como Correios, foi criada em 1969, oriunda do antigo Departamento de Correios e Telégrafos, este ainda da época do Império. Desde então, foram décadas de uma história que enche o brasileiro de orgulho. Tarifas foram congeladas sem necessidade, dividendos foram retirados em excesso, gerando, assim, um enorme desequilíbrio econômico que afetou a estatal.

Deste modo, decisões de gestões anteriores no Governo Federal, aliadas à onda do neoliberalismo que acomete o atual governo, o que se apresenta agora como solução é a privatização dos Correios. Mas cabe lembrar que os Correios possuem características e qualidades que justificam plenamente sua manutenção como organização pública, diferentemente de muitas outras. Quais são elas?

Os Correios são a única instituição pública federal presente fisicamente em todos os municípios brasileiros, levando não só as correspondências ou cartas, mas também as encomendas e os serviços financeiros básicos. Aqui é muito importante ressaltar que apenas as correspondências são objeto do monopólio postal. A prestação de serviços de encomendas no Brasil é livre, havendo milhares de transportadoras e empresas as mais diversas que prestam este tipo de serviço. Os Correios, porém, são a única empresa que leva os serviços de encomendas a todo o território nacional, atendendo, inclusive, aos concorrentes, que muitas vezes redespacham suas encomendas pelos Correios quando o destino é mais remoto.

No mundo inteiro, há menos de uma dezena de outros correios que foram totalmente privatizados e nenhum deles num país com as dimensões ou as diferenças regionais presentes no Brasil. Além disso, privatizações feitas à toque de caixa, cujo único objetivo é cumprir pautas de governo, como aconteceu na Argentina, acabaram se mostrando desastrosas e motivando posterior reestatização do serviço postal.

Os Correios nunca deram prejuízo à União

Para Maria Inês Capelli Fulginiti, Presidente da ADCAP – Associação dos Profissionais dos Correios, o governo prega que as privatizações seriam mais uma das soluções para a economia do país. Ela afirma, no entanto, que se trata de um discurso vazio, sem base técnica que garanta sua efetividade, principalmente, quando se fala da privatização dos Correios.

“Autoridades do governo se utilizam de falácias para sustentar uma narrativa de uma empresa falida, ineficiente, corrupta, deficitária, quando a realidade é justamente outra, bem diferente do que está sendo propalado, demonstrando, no mínimo, total desconhecimento da empresa, de seu negócio, de sua capacidade, de seu faturamento.

Os Correios não são uma estatal dependente do Tesouro Nacional. Os Correios dão lucro. Os Correios são o maior operador logístico do Estado brasileiro e está presente em todos os municípios do país, contribuindo, sobretudo, para a cidadania nacional”.

A busca incessante em se desfazer de empresas estatais marginaliza a busca por dados de efetividade concretos e exclui do debate público novos modelos de gestão para a empresa prosperar.